



**Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais**

CONTRATO

NÚMERO: 000035 / 2026

Contrato que entre si fazem a **Prefeitura Municipal de Serro** e a empresa **ORGANIZAÇÕES SERRO FRIO LTDA.**

Aos 12 de Março de 2026, a **Prefeitura Municipal de Serro**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o número 18.303.271/0001-81, com sede na Praça João Pinheiro n.º 154, Centro, Serro/MG, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal o Sr. **EPAMINONDAS PIRES DE MIRANDA** e a empresa **ORGANIZAÇÕES SERRO FRIO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado estabelecida à Rua R Humaita Nr.º:, n.º 595, , ARRAIAL DE BAIXO, Serro, MG, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.390.906/0002-64, neste ato representada pelo seu representante infra-assinado, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo e com amparo legal na Lei Federal n.º 14.133/21, Decretos Municipais n.º 084/2023, n.º 085/2023 e n.º 087/2023, consolidada, e considerando o resultado da Licitação Dispensa 000006/2026, do processo administrativo próprio n.º 00016 /2026, celebrar o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

AUTORIZAÇÃO

A lavratura do presente contrato foi autorizada pela Autoridade Superior do Município, a qual adjudicou o objeto ao vencedor, ora denominado contratado, e homologou o resultado da licitação, ato de 12 de Março de 2026, o qual consta dos autos.

CELEBRAÇÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E SUJEIÇÃO DOS CONTRATANTES

As partes acima qualificadas, sujeitando-se à Lei 14.133/2021 e demais legislação municipal e federal pertinentes, após o regular processo licitatório, resolvem celebrar o presente contrato, o qual será firmado por meio deste instrumento, mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas, dando-se a devida publicidade ao ato.

Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, e a ele será aplicado, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - O objeto deste contrato é Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços remanescentes de lavagem, higienização e desinfecção de veículos pertencentes à frota oficial da Prefeitura Municipal de Serro/MG, em razão de itens frustrados do Processo n.º 119/2025, conforme as condições e exigências estabelecidas neste instrumento.:

II - Descrição completa do objeto da contratação:

| Item | Descrição | Unidade Fornecimento | Qtde | Valor Unitário | Valor Total |
|------|-----------|----------------------|------|----------------|-------------|
|------|-----------|----------------------|------|----------------|-------------|





Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------------|----------|-----------|
| 0001 | Higienização Manual Interna de Veículos de Transporte Coletivo (Micro onibus), Descontaminação dos estofados do veículo, do teto, painel, piso e bancos usando produtos químicos específicos de primeira qualidade, para essa finalidade. | Unidade | 100,000 0 | 275,0000 | 27.500,00 |
| 0001 | Higienização Manual Interna de Veículo para Transporte Coletivo (VAN), Descontaminação dos estofados do veículo, do teto, painel, piso e bancos usando produtos químicos específicos de primeira qualidade, para essa finalidade. | Unidade | 100,000 0 | 275,0000 | 27.500,00 |
| 0001 | Lavagem manual externa e interna (ducha completa) de veículos médios (caminhonetes e vans). Entende-se por lavagem completa/geral do veículo a sua limpeza interna, externa, interna, secagem e acabamento e aspiração geral. Inclui-se nesse processo a lavagem do para choque, pneus, aros, faróis, telas, painel e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados, inclui-se a lavagem interna que compreende bancos, carpetes, piso, forro lateral, forro teto, na qual a contratada deverá escovar e retirar a sujeira com máquina apropriada. | Unidade | 300,000 0 | 114,0000 | 34.200,00 |





| | | | | | |
|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------------|----------|-----------|
| 0001 | Higienização manual interna de veículos leves (ambulâncias). Entende-se por retirar os componentes internos do veículo (quando for solicitado), como os bancos e carpetes, para que a limpeza seja realmente completa, com produtos apropriados para que também seja feita a desinfecção. Limpeza de filtros de ar condicionado e forros internos de porta-luvas ou outros compartimentos. A higienização é, portanto, uma limpeza completa, solicitada geralmente em casos de transporte de pacientes com doenças transmissíveis. | Unidade | 200,000 0 | 179,0000 | 35.800,00 |
| 0001 | Higienização manual interna de veículos de Transporte Coletivo (Ambulâncias). Descontaminação dos estofados do veículo, do teto, painel, piso e bancos usando produtos químicos específicos de primeira qualidade, para essa finalidade. | Unidade | 100,000 0 | 259,0000 | 25.900,00 |
| 0001 | Higienização manual interna de veículo de carga. Descontaminação dos estofados do veículo, do teto, painel, piso e bancos usando produtos químicos específicos de primeira qualidade, para essa finalidade. | Unidade | 100,000 0 | 445,0000 | 44.500,00 |
| 0001 | Higienização manual interna de veículos para transporte coletivo (Ônibus). Descontaminação dos estofados do veículo, do teto, painel, piso e bancos usando produtos químicos específicos de primeira qualidade, para essa finalidade. | Unidade | 100,000 0 | 475,0000 | 47.500,00 |





Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais

Página: 4

| | | | | | |
|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------------|----------|-----------|
| 0001 | <p>Lavagem manual externa e interna (ducha completa) de veículos pesados (Ônibus, Micro-ônibus e Caminhões). Entende-se por lavagem completa/geral do veículo a sua limpeza interna, externa, interna, secagem e acabamento e aspiração geral. Inclui-se nesse processo a lavagem do para-choque, pneus, aros, faróis, telas, painel e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados, inclui-se a lavagem interna que compreende bancos, carpetes, piso, forro lateral, forro teto, na qual a contratada deverá escovar e retirar a sujeira com máquina apropriada.</p> | Unidade | 200,000 0 | 359,0000 | 71.800,00 |
| 0001 | <p>Higienização manual interna de veículos leves (carros de passeio). Entende-se por retirar os componentes internos do veículo (quando for solicitado), como os bancos e carpetes, para que a limpeza seja realmente completa, com produtos apropriados para que também seja feita a desinfecção. Limpeza de filtros de ar condicionado e forros internos de porta-luvas ou outros compartimentos. A higienização é, portanto, uma limpeza completa, solicitada geralmente em casos de transporte de pacientes com doenças transmissíveis.</p> | Unidade | 200,000 0 | 165,0000 | 33.000,00 |





Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais

| | | | | | |
|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------|--------------|----------|-----------|
| 0001 | Lavagem manual externa e interna (ducha completa) de equipamentos e máquinas. Entende-se por lavagem completa/geral do veículo a sua limpeza interna, externa, interna, secagem e acabamento e aspiração geral. Inclui-se nesse processo a lavagem do para choque, pneus, aros, faróis, telas, painel e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados, inclui-se a lavagem interna que compreende bancos, carpetes, piso, forro lateral, forro teto, na qual a contratada deverá escovar e retirar a sujeira com maquina apropriada. | Unidade | 100,000 0 | 295,0000 | 29.500,00 |
| 0001 | Lavagem manual externa e interna (ducha completa) de veículos leves (carros de passeio e ambulâncias). Entende-se por lavagem completa/geral do veículo a sua limpeza interna, externa, interna, secagem e acabamento e aspiração geral. Inclui-se nesse processo a lavagem do para choque, pneus, aros, faróis, telas, painel e bancos, onde for possível o alcance dos pontos desejados, inclui-se a lavagem interna que compreende bancos, carpetes, piso, forro lateral, forro teto, na qual a contratada deverá escovar e retirar a sujeira com maquina apropriada. | Unidade | 400,000 0 | 79,0000 | 31.600,00 |

III - O fornecedor deverá fornecer/executar o objeto em conformidade como previsto no edital, **vedado, especialmente:**

- O fornecimento de objeto com características, qualidade e quantidade diversas do licitado;
- O atraso injustificado no fornecimento;
- A entrega do objeto em local, horário e demais condições diversas do previsto;
- O recebimento, por servidor da contratante, de objeto diverso do que consta da Ordem de Fornecimento;
- O fornecimento de objeto de forma parcial, quando a ordem de fornecimento for total;
- O fornecimento de objeto sem a competente ordem de fornecimento;
- Qualquer pessoa física ou jurídica poderá denunciar arbitrariedades na execução do contrato, podendo acompanhar livremente a execução/entrega.
- O servidor municipal tem o dever legal de denunciar abusos e arbitrariedades na execução





contratual, sujeitando-se à apuração das responsabilidades;

i) Todas as vedações acima caracterizam infração contratual e poderão ser sancionadas, de acordo com a gravidade do ato e com o interesse público prejudicado;

j) Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do fornecimento, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este Contrato, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

j.1) Termo de Referência e/ou Projeto Básico da Dispensa nº 000006/2026 e seus anexos;

j.2) Proposta de interesse da CONTRATADA;

k) Os documentos referidos no item j.1, são considerados suficientes para, em complemento a este Contrato, definir a sua extensão e, desta forma, reger a execução do objeto contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

a) O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência decenal.

b) Os contratos justificadamente celebrados em caso de urgência poderão ter eficácia a partir de sua assinatura, nos termos do artigo. 94 da Lei 14.133 de 2021.

c) O prazo de vigência poderá ser prorrogado, por meio de termo aditivo, antes de vencimento do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

a) O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;

b) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;

c) As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade;

d) A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração, para representá-la na execução do contrato;

e) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

f) A contratada será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

g) A contratada será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

h) Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente Contrato;

i) A inadimplência da contratada em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato;

j) Após assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências através de reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;





**Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais**

k) A empresa contratada deverá comunicar à Administração toda e qualquer alteração nos dados cadastrais, para atualização, devendo manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

l) A empresa contratada deverá ofertar serviços dentro do melhor padrão de qualidade, de acordo com as especificações dispostas no presente Contrato e no Termo de Referência;

m) Os serviços deverão ser executados nas dependências da contratada e prestados de forma contínua, conforme cronograma definido pela Administração, bem como mediante demandas emergenciais, sem exigência de dedicação exclusiva de mão de obra, garantindo flexibilidade e adequação às necessidades do Município, nos termos dos arts. 6º e 40º da Lei nº 14.133/2021;

n) A contratada deverá assegurar prazos de atendimento ágeis, de modo a não comprometer a disponibilidade da frota para deslocamentos regulares e situações emergenciais, em observância ao princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal;

o) Sendo objeto deste instrumento a contratação de empresa para a realização de serviços de lavagem, higienização e desinfecção dos veículos que compõem a frota municipal, a prestação será de natureza contínua e executada de forma parcelada;

o.1) Os serviços deverão ser executados nas dependências da contratada, em estabelecimento localizado em um raio máximo de 10 km do pátio municipal da Prefeitura de Serro/MG;

p) Após a emissão da Ordem de Serviço/Fornecimento, a contratada deverá executar os serviços no prazo máximo de quatro (4) horas, observando os horários previamente agendados;

q) O atendimento será realizado em horário comercial, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h, conforme cronograma definido pela Administração, podendo ser solicitado atendimento extraordinário em casos emergenciais, especialmente para veículos da Secretaria Municipal de Saúde, mediante prévia solicitação da Administração, de modo a garantir a disponibilidade da frota para uso;

r) A contratada deverá fornecer à Administração relatórios periódicos, sempre que solicitado, para fins de controle e auditoria;

s) O bem/produto ou serviço não deverá ser recebido nas seguintes condições:

I- Quando for executado em desacordo com as normas técnicas de biossegurança, sanitárias e ambientais vigentes;

II- Quando houver utilização de produtos que não estejam devidamente regularizados pela Anvisa;

III- Quando o procedimento não contemplar integralmente as etapas de lavagem, higienização e desinfecção previstas no contrato;

IV- Quando houver danos aos veículos em decorrência de má execução do serviço;

V- Quando o serviço não atender aos prazos e padrões de qualidade estabelecidos pela Administração.

s.1. Caso sejam identificadas falhas, descumprimento de prazos, ou qualquer inconformidade com os termos pactuados, o serviço poderá ser recusado, sendo exigida sua reexecução sem ônus adicional para a Administração.

t) Considerando que na presente contratação de serviços de lava-jato automotivo há possíveis impactos ambientais como o consumo excessivo de água durante a lavagem dos veículos, o uso de produtos químicos (detergentes, desinfetantes e saneantes) que, se descartados inadequadamente, podem contaminar o solo e corpos d'água, a geração de efluentes líquidos com resíduos oleosos e sólidos, a emissão de poluentes atmosféricos decorrentes de deslocamentos desnecessários, a geração de resíduos sólidos (embalagens de produtos de limpeza, panos, filtros etc.), a Contratada deverá adotar as seguintes medidas mitigadoras:

I- Utilização de produtos biodegradáveis e devidamente regularizados pela Anvisa;

II- Adoção de técnicas de economia de água, como lavagem a vapor ou a seco, quando aplicável;

III- Implantação de sistema de coleta e tratamento de efluentes, evitando o descarte direto em rede pluvial ou no solo;

IV- Gestão adequada de resíduos sólidos, com logística reversa e reciclagem de embalagens, conforme a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos);





**Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais**

t.1) Tais medidas visam assegurar a conformidade da contratação com os princípios da sustentabilidade, da economicidade e da eficiência, além de minimizar os impactos ambientais adversos.

As demais informações sobre o modelos de gestão e de execução contratual, assim como os prazos e condições de conclusão e recebimento/execução do objeto constam do Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

a) Ficará vedada a subcontratação do objeto contratado, salvo mediante autorização prévia da Administração Municipal quanto à subcontratação parcial.

Sendo admitida a subcontratação parcial, deverá permanecer a responsabilidade integral da contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades, bem como responder perante o município pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto desta contratação

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

- a) O valor total da contratação é de R\$ 408.800,0000 (*Quatrocentos e Oito Mil e Oitocentos Reais*);
b) No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

- a) O pagamento será realizado até o 20º (*vigésimo*) dia a partir da apresentação da nota fiscal ao Setor de Compras e Licitações;
b) Serão pagas as quantidades efetivamente entregues e atestadas, após a competente liquidação;
c) Para execução do pagamento a fornecedora deverá apresentar Nota Fiscal correspondente, emitida, sem rasura, em letra bem legível em nome da Prefeitura Municipal de Serro;
d) Caso a fornecedora seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor;
e) Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta será devolvida à fornecedora e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de Serro/MG;
f) Demais disposições acerca do pagamento encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

Parágrafo Primeiro - Sem a apresentação dos documentos mencionados nesta cláusula, a Administração está desonerada de realizar o pagamento pela prestação dos serviços.

Parágrafo Segundo - O contratante não se obriga a pagar pelos serviços se não for cumprido o contrato por motivo de força maior ou caso fortuito, ou por causas alheias à sua vontade.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

- a) Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 (*doze*) meses contados da data do orçamento estimado;





Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais

- b) Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA-A, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, devendo haver requerimento do contratado;
- c) Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;
- d) No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s);
- e) Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor;
- f) Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;
- g) O reajuste será registrado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no presente Contrato e no Termo de Referência;
- c) Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- g) Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- h) Cientificar o órgão de representação judicial do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;
- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- j) A Administração terá o prazo de até 30 dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- k) Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de até 30 dias;
- l) A Administração **não** responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- m) A CONTRATANTE reserva para si o direito de não aceitar nem receber o objeto contratual em desacordo com o previsto neste Contrato, no Termo de Referência, na Proposta oferecida pela CONTRATADA e tampouco em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes, podendo rescindir a contratação, sem prejuízo das demais sanções previstas, conforme a gravidade do caso.





**Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais**

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- a) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- b) Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- c) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- d) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- e) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- f) Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - I - comprovante da regularidade para com a Fazenda Federal;
 - II - comprovante da regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal;
 - III - comprovante da regularidade para com o FGTS;
 - IV - comprovante da regularidade para com a Justiça do Trabalho.
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- i) Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- j) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- k) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- l) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- m) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- n) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;





**Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais**

- o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- p) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- q) A contratada deverá realizar a lavagem completa, interna e externa, de todos os veículos da frota municipal, utilizando métodos e produtos adequados que garantam a conservação da pintura, estofados, vidros e demais componentes, assegurando a durabilidade e a boa apresentação dos bens públicos;
- r) A contratada deverá, ainda, efetuar a limpeza e higienização de estofados, tapetes, portas, painéis, maçanetas, cintos de segurança e demais superfícies de contato, eliminando resíduos sólidos e reduzindo a carga microbiana, de maneira a prevenir contaminações cruzadas entre pacientes, profissionais e acompanhantes;
- s) A contratada deverá proceder à desinfecção interna dos veículos com saneantes regularizados pela ANVISA, devidamente registrados, garantindo a eliminação de vírus, bactérias e fungos, conforme a RDC ANVISA nº 222/2018, a NR-32 e demais normas de biossegurança aplicáveis;
- t) Todos os procedimentos deverão observar as normas legais e regulatórias de higiene e segurança, sendo obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), conforme as NR-6 e NR-32;
- u) A contratada deverá manter registro detalhado de cada lavagem e desinfecção realizada, incluindo data, veículo, profissional responsável e produtos utilizados, além de fornecer relatórios periódicos à Administração, quando solicitado, para fins de controle e auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- a) As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- a) Conforme art. 96 da lei nº 14.133/21, a possibilidade de exigência de garantia a ser fornecida pelo contratado é uma prerrogativa da Administração, que busca assegurar a adequada execução do contrato. Tal exigência objetiva reduzir o risco de má execução do contrato, ou, na hipótese de essa verificar-se, assegura uma rápida composição das perdas sofridas em decorrência da inexecução ou execução irregular.

Neste sentido, para a presente contratação não haverá exigência de garantia contratual da execução, considerando o baixo risco de descumprimento das obrigações por parte da Contratada, conforme disposto no item 17.1 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- I - Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;
 - b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - c) der causa à inexecução total do contrato;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
 - e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
 - f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;





Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

II - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

b) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

c) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

d) Multa:

d.1) moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

d.2) compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

e) A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

f) Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

g) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

h) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

i) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 dias úteis dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

j) A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

III - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

f) Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

g) A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de



**Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais**

direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

h) O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

i) As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

j) Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

a) O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, se não for prorrogado.

b) O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

c) A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

d) Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

e) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

e.1) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

f) O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

f.1) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

f.2) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

f.3) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

a) As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral Municipal deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

| Dotação Orçamentária | Descrição da Dotação Orçamentária |
|------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 02.06.01.12.122.0005.2029.33903900 | Atividades Secretaria Municipal de Educação Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica |
| 02.08.01.15.122.0021.2055.33903900 | Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Transporte Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica |
| 02.09.02.08.122.0003.2077.33903900 | Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Social Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica |
| 02.10.01.13.122.0009.2092.33903900 | Gestão da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Patrimônio Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica |





Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais

02.12.01.27.122.0010.2107.33903900

Manutenção das Atividades da SMEL Outros Serviços
De Terceiros - Pessoa Jurídica

b) A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

a) Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

a) Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

b) No contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

c) A supressão, se amigável, devidamente motivada, poderá exceder, razoavelmente, o limite previsto no item anterior.

d) Os acréscimos e supressões não poderão ser compensados entre si, devendo ser realizados cálculos separados, aplicado o limite de 25% a cada tipo de alteração.

e) Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

a) Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, no prazo de 20 dias úteis, como condição indispensável para a eficácia do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

A gestão e fiscalização dos serviços objetos deste contrato será feita pela:

REQUISITANTES
SECRETARIA DE OBRAS

a) A fiscalização do contrato ficará a cargo do Sr. Paulo Henrique Castro Silveira, matrícula: 8052-3, o qual poderá designar servidor(a) da respectiva área, sob sua supervisão, exercer a função de fiscal contratual;

b) A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelo respectivo substituto;

c) Caberá ao fiscal do contrato:

c.1) Prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;



Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais

- c.2) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c.3) Informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- c.4) Fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o teste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;
- c.5) Auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;
- c.6) O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- c.7) Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção;
- c.8) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;
- c.9) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;
- c.10) O fiscal do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- c.11) O fiscal do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- d) Caberá ao gestor do contrato:
- d.1) Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização de procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- d.2) O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência;
- d.3) Acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d.4) Coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- d.5) Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela Comissão de Processo Administrativo.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO





**Prefeitura Municipal de Serro
Estado de Minas Gerais**

a) Fica eleito o Foro da Comarca de Serro/MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, assinam o presente Contrato, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados, para que se produzam seus jurídicos efeitos.

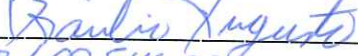
Serro 12 de Março de 2026.




EPAMINONDAS PIRES DE MIRANDA
Prefeito Municipal



ORGANIZAÇÕES SERRO FRIO LTDA

1) Testemunha: 
CPF: 107.668.546-39

2) Testemunha: 
CPF: 102.711.936-03

